

FMI rejeita medidas unilaterais

Washington — As iniciativas unilaterais em assuntos de dívida externa foram consideradas ontem "perigosas e destrutivas" pelo Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, com apoio do Brasil, ao reafirmar a validade do Plano Baker, apesar das dificuldades e da demora de sua aplicação.

O Comitê Interino, que fixa as políticas do FMI, encerrou na manhã de ontem dois dias de reuniões prévias "a assembléia anual do organismo e do Banco Mundial, que terá início hoje e terminará quinta-feira.

A solução do problema da dívida continua dependendo "da combinação de um ajuste orientado para o crescimento mantido dos países devedores, de seu acesso ao financiamento externo, e de uma política econômica dos países industrializados que assegure condições financeiras mundiais estáveis e mercados abertos e crescentes", disse a comissão do FMI em nota.

Esforços

Do texto consta que os membros do Comitê formado com base numa representação paralela à diretoria do Fundo, "reconheceram os esforços de vários países em desenvolvimento, e os exortaram a intensificá-los para conseguir e manter a estabilidade econômica interna, mobilizar poupança interna adicional para investir e melhorar a eficiência na utilização de recursos, e seguir estratégias de crescimento orientadas para o exterior".

O Comitê também sublinhou a importância de se fazer com que os credores privados, os países industrializados e as instituições financeiras multilaterais mantenham um fluxo suficiente de recursos financeiros para os países endividados.

Reiterando os termos do Plano Baker, o Comitê também reiterou a importância de prosseguir com o enfoque em nível individual dos

problemas da dívida, e condenou as iniciativas unilaterais.

"Qualquer tipo de perturbação, em que um país atue sem a concordância dos demais, contrariando o espírito de cooperação, é destrutivo", disse o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus. Ao lhe perguntarem se essa era uma alusão ao Brasil, que suspendeu os pagamentos dos juros da dívida, ele respondeu que suas palavras não se referiam "nem a um determinado país, nem a um tipo específico de medidas, já que o multilateralismo é a essência da estratégia da dívida".

"A delegação brasileira manifestou seu apoio aos termos do comunicado", acrescentou. Camdessus, indicou também que esteve reunido com as delegações de 68 países, entre as quais a do Brasil, e que não se discutiu um acordo de crédito contingente.

Por sua vez, o presidente do Comitê Interino, o ministro holandês Onno Ruding, declarou-se agradecido à delegação brasileira "por sua atitude construtiva no tratamento do tema da dívida".

O Comitê também apoiou a ampliação do leque de opções para renegociar dívidas, como através dos "títulos-valores" ou de outras fórmulas que não aumentem o volume do endividamento.

Lentidão

Ainda assim, o comitê reiterou sua preocupação ante "a aparente lentidão em reconhecer a maior solvência de certos países fortemente endividados, depois da implantação de políticas adequadas de reajuste".

"Até mesmo quando os países realizam ajustes positivos, os credores continuam muito prudentes e daí resultam demoras nos pacotes financeiros, o que é muito ruim para os próprios programas de ajuste", assinalou Camdessus.

Quanto a um dos temas causadores de maior controvérsia entre os países em desenvolvimento e os industrializados, "a maioria dos

membros do Comitê reiterou que existe uma necessidade global, a longo prazo, de se complementar os ativos de reserva existentes, e que muitos países precisam complementar suas reservas.

Entre outras medidas, o Comitê decidiu:

— Rever as quotas e o capital do FMI, apesar de Camdessus ter indicado que não existe, no momento, apoio suficiente para seu aumento, especialmente dos Estados Unidos, embora exista a generalizada convicção de que a medida é desejável.

— Manter a política de maior acesso aos recursos do Fundo em 1988, embora os limites venham a ser reconsiderados ainda em 1987, e os Estados Unidos tenham proposto diminuí-los;

— Estudar os programas de ajuste e os acordos do Fundo que lhes dão apoio, "para considerar se a política do FMI relativa à condicionalidade precisa voltar a ser analisada à luz das modificações em que se desenvolvem os países-membros, levando-se em conta a crescente importância atribuída aos ajustes orientados para o crescimento";

— Apoiar as condições excepcionais de renegociação da dívida externa dos países menos desenvolvidos, embora se reconheça que não existe consenso para rebaixar os juros de seus compromissos por parte dos governos. Os Estados Unidos já informaram que se opõem a tal redução, por temerem que ela seja solicitada também pelos países de receita média;

— Apoiar as negociações para aumentar os fundos do serviço de ajuste estrutural do FMI que garantem os esforços dos países de menor desenvolvimento, particularmente os localizados no continente africano.

Segundo Camdessus, "no momento se está negociando a maneira de aumentar os recursos. Anteriormente, ele tinha sugerido que se triplicassem os fundos.